

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Eletrobras não deve ser primeira da lista, diz presidente do Senado	2
Título: Reparo de petrolífera saudita pode levar meses.....	3
Título: África quer voltar a atrair investimento do Brasil.....	3
Título: Destaques	7
Título: Gigantes do aço alertam para futuro econômico	7
Título: Curtas	8
Título: TNE pede rescisão de linhão de Roraima.....	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: Planalto estuda mudança a conta-gotas em estrutura e comando de ministérios..	11
VEÍCULO: O Globo.....	14
Título: Eletrobras não deve ser a 1ª da lista	14
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	15
Título: Só governo ganha com alta da gasolina.....	15

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/09/2019****Seção: Especial****Autor: Daniel Gullino e Marco Grillo — De Brasília****Título: Eletrobras não deve ser primeira da lista, diz presidente do Senado****Presidente do Senado diz que privatização da estatal de energia ainda tem resistência nas bancadas do Norte e do Nordeste na Casa**

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), defendeu que o governo tenha uma “agenda” quando for tratar com o Congresso sobre a privatização de estatais. O senador afirmou que há uma resistência na Casa a respeito da venda da Eletrobras, mas que há um “caminho” para a discussão sobre outras empresas, como os Correios.

No fim de agosto, o governo anunciou um plano para privatizar nove empresas, como Correios, Telebras e Serpro.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou na semana passada que a intenção é enviar ao Congresso ainda neste mês o projeto de privatização da Eletrobras.

Alcolumbre argumenta que os senadores do Norte e do Nordeste têm resistência ao tema e que seria mais conveniente ao governo iniciar o processo por outras empresas. “Se o governo continuar insistindo em colocar a Eletrobras como primeiro passo, acho que pode acabar prejudicando outras empresas estatais que seriam importantes para essa modernização”, pontuou o presidente do Senado.

“São 48 senadores das bancadas do Norte e do Nordeste. Quase todos se manifestaram contrários à privatização da Eletrobras”, afirmou durante o evento “E Agora, Brasil?”.

Alcolumbre citou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinando que as privatizações tenham aval do Congresso, a não ser no caso de empresas subsidiárias, que podem ser vendidas diretamente pelo Poder Executivo.

O presidente do Senado recomendou que o governo se organize para encaminhar as discussões com os parlamentares. “Tem que ter agenda de privatização. O governo não pode começar pela Eletrobras, pode começar por outra (empresa). Começa pelo que tem mais facilidade para depois chegar no que tem mais dificuldade. O governo não tem base. A dificuldade é essa também.”

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/09/2019****Seção: Internacional****Autor:****Título: Reparo de petrolífera saudita pode levar meses**

A Saudi Arabian Oil faz negociações de emergência com fabricantes de equipamentos e provedores de serviços, oferecendo taxas especiais por peças e reparos

A Saudi Arabian Oil está em negociações de emergência com fabricantes de equipamentos e provedores de serviços, oferecendo pagar taxas especiais por peças e reparos. Segundo informações de autoridades e empreiteiras, o objetivo é tentar uma rápida recuperação dos ataques com mísseis em suas instalações de processamento de petróleo.

Segundo as autoridades sauditas, pode levar muitos meses - ao invés de 10 semanas, como executivos da empresa prometeram - para restaurar as operações.

Após um ataque devastador à sua maior instalação de processamento de petróleo, há mais de uma semana, a Aramco está pedindo aos empreiteiros que especifiquem o preço dos consertos e restaurações. Nos últimos dias, os executivos da empresa correram atrás de empresas contratadas, como Baker Hughes, da General Electric, com telefonemas e e-mails, em busca de assistência emergencial, segundo autoridades e fornecedores de serviços de petróleo.

Uma autoridade saudita disse que os custos podem chegar a centenas de milhões de dólares. A Arábia Saudita e a Aramco, a empresa de petróleo mais lucrativa do mundo, lutam para se recuperar dos ataques, que ocorreram poucas semanas após o governo saudita retomar os planos para fazer uma oferta pública inicial de ações da companhia. Agora, o IPO, a saúde financeira da empresa e a economia do país podem estar em perigo, dizem consultores.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/09/2019****Seção: Brasil****Autor: Thais Carranço — De São Paulo****Título: África quer voltar a atrair investimento do Brasil**

Países da África subsaariana querem voltar a atrair investimento brasileiro, em meio à mudança da política externa nacional, que passou a privilegiar as relações com Estados Unidos e outros mercados maduros, em detrimento dos países emergentes.

Com economias ainda amplamente dependentes da agricultura de subsistência, os países africanos têm interesse principalmente em atrair a bem sucedida experiência do agronegócio brasileiro ao continente. Na expectativa de grandes investimentos em novas descobertas de gás, Moçambique quer alimentar a população que deverá se deslocar para novas regiões. Já Angola e África do Sul passam por mudanças políticas reformistas e esperam com isso atrair capital.

As exportações brasileiras à África cresceram de US\$ 1,98 bilhão em 2001 para US\$ 12,22 bilhões em 2011, mas voltaram a cair desde então, chegando a US\$ 8,16 bilhões em 2018 - um recuo de 33% em relação ao pico, segundo cálculo do International Trade Centre (ITC), com base em dados do antigo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O investimento brasileiro no continente é estimado em US\$ 15 bilhões nos últimos 15 anos, conforme o banco sul-africano Standard Bank.

Goolam Ballim, economista-chefe do Standard Bank, maior banco africano, avalia que o auge das relações Brasil-África se deu durante os governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Desde então, há menor nível de assertividade. Muito do dinamismo inicial se perdeu”, diz Ballim. “Atualmente, [a relação entre as regiões] pode estar perto de seu ponto mais baixo em 20 anos, de um ponto de vista político.”

O economista lembra que o início dos anos 2000 foi marcado por um forte impulso diplomático para fortalecer o que era conhecido como “cooperação Sul-Sul”, o que foi feito de maneira geral sob os auspícios dos Brics, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

“A ideia era que esses países eram as nações dinâmicas do século, e que eles teriam crescimento econômico significativo e uma forte expansão de suas classes médias”, recorda Ballim. Desde então, as trocas entre África e seus parceiros emergentes cresceram significativamente, mas voltaram a encolher em anos recentes, em meio à queda dos preços de commodities.

Ballim avalia, porém, que o caso brasileiro parece ser mais estrutural do que cíclico. “O Brasil teve que lidar com questões domésticas. Economia fraca e

situação política fluida fizeram com que as relações internacionais, especialmente as voltadas à África, fossem relegadas”, diz. “Agora há outro presidente e também parece que o governo atual, assim com seus antecessores recentes, estão mais focados em questões internas do que no exterior.”

Além da mudança de cenário da política externa brasileira, investimentos feitos na África durante a época “áurea” das relações entre o país e o continente por empresas como Petrobras, Odebrecht e Andrade Gutierrez foram alvos de questionamentos no âmbito da operação Lava-Jato.

Mas representantes do setor privado e dos governos de países africanos dizem que a região segue oferecendo oportunidades de negócios atrativas. “A economia mundial está desacelerando, dos Estados Unidos, à Europa e China”, diz Fausio Mussa, economista do Standard Bank para Angola e Moçambique. “A África oferece aos investidores a oportunidade de acessarem mercados em forte crescimento.”

Em Moçambique, por exemplo, estão previstos US\$ 65 bilhões em investimentos até 2024 em três projetos de gás natural liquefeito, numa economia com PIB de US\$ 14 bilhões, pelos números de 2018. Cerca de 70% da população vive de agricultura de subsistência e quase 50% é pobre, sobrevivendo com menos de US\$ 2 por dia.

“As instalações terão cerca de 40 mil trabalhadores ao longo de dez a 15 anos, a cidade mais próxima deve passar de 10 mil a 150 mil ou até 300 mil habitantes, e US\$ 128 bilhões em investimentos deverão ser gerados. Isso é um mercado garantido para a produção agropecuária”, diz Paul Taylor, diretor de petróleo e gás do banco africano, destacando que o agronegócio brasileiro teria vantagem devido à experiência de produção no cerrado.

Lello Francisco, administrador da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (Aipex), avalia que houve uma redução na atuação de empresas brasileiras no país em anos recentes. Segundo ele, isso aconteceu principalmente na construção civil, devido à diminuição no ritmo de obras públicas como resultado da crise econômica angolana, decorrente da queda do preço do petróleo a partir de 2013 e 2014.

Com uma economia que depende da importação para suprir 90% do seu consumo, Angola compra do Brasil principalmente produtos agrícolas, com destaque para proteínas. “Temos potencial para produzir 100% do que consumimos. Queremos encontrar no Brasil investidores que, em vez de vender produtos acabados para Angola, produzam a partir de Angola para outros mercados”, diz Francisco.

Com o país sob novo governante após 38 anos de presidência de José Eduardo dos Santos, Angola realiza uma série de reformas liberalizantes, com a privatização prevista de ativos em petróleo, finanças, agronegócio e seguros. “Essas também são boas oportunidades de negócios para potenciais investidores brasileiros”, afirma.

Para Victor Williams, diretor de varejo e banco de investimentos do Standard Bank, mudanças recentes na conjuntura internacional também favorecem o investimento e trocas comerciais entre Brasil e países africanos. Ele cita como exemplos a criação em maio deste ano do Tratado Continental Africano de Livre-Comércio e a iminente saída do Reino Unido da União Europeia (UE), o Brexit.

“O investimento brasileiro na África tem se focado em três países: África do Sul, Moçambique e Angola”, afirma Williams. “Com o acordo africano de livre comércio, podemos potencialmente ver empresas brasileiras tendo maior facilidade para expandir sua presença para o restante do continente.”

Já a guerra comercial entre Estados Unidos e China e o Brexit abrem oportunidades, acredita. “A China está preocupada em resolver seus desafios com os Estados Unidos e o Reino Unido está muito preocupado em entender o mundo pós-Brexit”, afirma. “Empresas brasileiras podem ocupar essas lacunas, identificando, por exemplo, áreas onde o Reino Unido pode estar em desvantagem pois não será mais parte dos acordos existentes com a União Europeia.”

Para Williams, o principal efeito da mudança de orientação da política externa brasileira é sobre potenciais novos entrantes no mercado africano. “Talvez para aqueles que estejam considerando [investir] e ainda não têm laços significativos, o apoio governamental e a diplomacia econômica tenham papel mais importante”, afirma. “Por outro lado, investidores como a Vale, que já entenderam a oportunidade africana e têm uma visão clara do que pode ser feito, continuarão.”

Joseph Mashimbye, embaixador da África do Sul no Brasil, credita a “desaceleração” nas relações entre Brasília e Pretória à crise política e econômica brasileira nos últimos anos. Mas ele lembra que os países estarão juntos na Cúpula dos Brics em novembro, e se diz positivamente surpreendido com o pragmatismo do novo governo. “Durante a campanha eleitoral, eu estava preocupado que a nova administração pudesse não estar disposta a trabalhar conosco. Estou satisfeito que não é esse o caso, é um governo muito orientado ao mercado.”

O secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África do Ministério das Relações Exteriores, Kenneth Nóbrega, diz que a política de promoção e investimentos brasileiros na África do governo atual é diferente das gestões anteriores. “Foi criado, por exemplo, um código de atuação para deixar muito claro o que o governo pode fazer em termos de promoção comercial de forma idônea.”

O embaixador nega que os países africanos tenham perdido espaço entre as prioridades da política externa brasileira. “O que acontece é que hoje o governo tem menos recursos para cooperação, há menos dinheiro.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/09/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Ação favorece NorskHydro

A norueguesa Norsk Hydro informou na noite de sexta-feira que a Justiça Federal do Pará retirou o embargo sobre o depósito de resíduos de bauxita (DRS2) da controlada Alunorte, estabelecido por uma ação civil. Apesar da decisão, o uso do depósito deve permanecer suspenso devido a uma ação criminal, imposta pelo mesmo tribunal. A empresa espera que a medida seja revertida, tendo em vista a decisão de sexta. A companhia informou que continuará utilizando a antiga área de depósito, a DRS1. Em maio, o Tribunal Federal de Belém permitiu a retomada total da produção de alumina. Desde fevereiro de 2018, a Alunorte operava com apenas 50% da capacidade, depois de o Ministério Público apontar possível transbordo do depósito de resíduos de bauxita em Barcarena (PA).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/09/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Gigantes do aço alertam para futuro econômico

Siderúrgicas enfrentam cenário mais sombrio com a desaceleração do crescimento, guerra comercial e alta dos custos com aumento dos preços do minério de ferro

O alarme de cautela das siderúrgicas globais soa mais alto, marcado pela preocupação de fornecedores das maiores economias, enquanto agências como Banco Mundial e Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) também emitem alertas sobre o crescimento. “Não podemos negar que há uma sensação de desaceleração”, disse Yoshihisa Kitano, presidente da Federação Japonesa de Ferro e Aço. É difícil prever as perspectivas para a demanda, disse Kitano, que também comanda a unidade siderúrgica da JFE Holding.

As siderúrgicas enfrentam um cenário mais sombrio com a desaceleração do crescimento, guerra comercial e alta dos custos após o aumento dos preços do minério de ferro no primeiro semestre. A Nippon Steel e a JFE, principais siderúrgicas do Japão, alertaram no mês passado que o lucro anual deve cair, enquanto na Europa a ArcelorMittal reduziu sua estimativa para a expansão da demanda global.

Além disso, há uma sensação de mal-estar também nos Estados Unidos, mesmo com as proteções tarifárias impostas pelo presidente Donald Trump. US Steel, Nucor e Steel Dynamics alertaram esta semana sobre a possibilidade de lucros menores.

O aumento das tensões entre Japão e Coreia do Sul, conflitos geopolíticos no Oriente Médio e o Brexit também são preocupações globais, disse Kitano em conferência de imprensa em Tóquio na sexta-feira.

O presidente do Banco Mundial, David Malpass, disse que a economia global pode desacelerar mais do que o estimado anteriormente, enquanto a OCDE esta semana rebaixou quase todas previsões econômicas divulgadas há apenas quatro meses, com o impacto cada vez maior das políticas protecionistas sobre a confiança e o investimento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/09/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

O minério de ferro acelerou o movimento de correção verificado desde o início desta semana, diante do maior pessimismo do mercado em relação ao ritmo de crescimento da China, maior consumidora global da commodity, neste ano e no próximo. A guerra comercial com os Estados Unidos, na avaliação de

economistas estrangeiros, deixará marcas relevantes do que se projetava na segunda maior economia do mundo. De acordo com a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com teor de 62% negociado no porto de Qingdao perdeu US\$ 3,19, ou 3,31%, para US\$ 93,23 por tonelada, na sexta-feira. Com esse desempenho, os preços da matéria-prima do aço reduziram a 10% a alta acumulada em setembro. No ano, os ganhos caíram a 28%.

Gasmig amplia concessão

A Gasmig, distribuidora de gás de Minas Gerais controlada pela estatal Cemig, firmou um terceiro aditivo contratual para exploração do serviço de gás canalizado no Estado, com vigência até 2053. Para isso, a companhia vai pagar R\$ 852 milhões, como contraprestação pela substituição, no contrato, da obrigação assumida em 2014 de construir um gasoduto para atendimento da região do Triângulo Mineiro. A obra constava em um aditivo assinado quando havia a previsão de que a Petrobras fizesse investimentos para usufruir do gás no atendimento à unidade de Fertilizantes Nitrogenados. A petroleira não avançou nos planos, e a Gasmig desistiu do gasoduto. Para fazer o pagamento, a companhia vai emitir títulos da dívida no mercado.

Petrobras e Eletrobras

A Petrobras firmou um contrato de cessão de direitos creditórios com a Eletrobras, no qual receberá, de forma antecipada, cerca de R\$ 8,4 bilhões. Segundo a estatal petroleira, os recursos são dos recebíveis da Eletrobras referentes à integralidade das dívidas confessadas em 2014 pela elétrica, com vencimento original até janeiro de 2025. O contrato foi assinado com um fundo de investimento em direitos creditórios, em operação estruturada por Santander, Itaú BBA e BB Investimentos. A conclusão da operação, com a consequente entrada de recursos no caixa da Petrobras, está prevista para os próximos dias, mas sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais a esse tipo de transação. Os recursos serão destinados ao gerenciamento de passivos da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Por Camila Maia — De São Paulo

Título: TNE pede rescisão de linhão de Roraima

Concessionária, que tem Eletrobras e Alupar como sócias, alega que obra é inviável financeiramente

A Transnorte Energia (TNE) requereu à Justiça a rescisão imediata do contrato de concessão do linhão de transmissão Manaus-Boa Vista, licitado em 2011 e que deveria ter entrado em operação em 2015, o que não aconteceu por conta de problemas no licenciamento ambiental.

O pedido foi feito na sexta-feira à 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, onde já tramitava uma ação da TNE pedindo o cancelamento do contrato. O pleito foi reforçado depois que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) elevou a receita anual permitida (RAP) da concessão para um valor inferior ao pedido pela companhia, e que, segundo o consórcio, mantém a conclusão da obra inviável do ponto de vista econômico-financeiro.

A Alupar tem 51% da TNE, enquanto outros 49% são da Eletronorte, controlada da Eletrobras.

No documento ao qual o **Valor** teve acesso, a TNE pediu o julgamento antecipado do pedido de rescisão do contrato diante da inviabilidade da execução do acordo e da importância da linha de transmissão para o país, “facultando-se a administração federal a relicitação imediata de seu objeto”.

A obra é importante para que Roraima seja conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Hoje, o Estado é o único ainda inteiramente isolado, sendo dependente integralmente de termelétricas caras e poluentes, que custam quase R\$ 2 bilhões por ano em subsídios custeados por todos os consumidores do país. O assunto voltou à pauta depois que o presidente Jair Bolsonaro declarou o projeto como de interesse nacional, e prometeu esforços no licenciamento - que ainda não saiu.

Em 10 de setembro, a Aneel aprovou a RAP de R\$ 275,5 milhões para o projeto, considerando a duração do contrato de 19 anos e meio, com 36 meses para recomposição do prazo de implantação da linha. A TNE, contudo, pedia receita anual de R\$ 395,6 milhões, e defendia que o contrato ainda tivesse 27 anos de duração.

O problema, segundo a TNE, é que os investimentos que serão necessários para viabilizar a obra somam R\$ 2,6 bilhões, cerca de R\$ 1 bilhão acima do R\$ 1,6 bilhão estimado em 2011 (em valores atualizados). Segundo a concessionária, o acréscimo se deve às despesas extras ocasionadas por exigências ambientais e atrasos nas emissões de licenças. Dos 720 quilômetros do linhão, 120 quilômetros passam pelas terras indígenas dos Waimiri Atroari.

A Aneel ajustou a receita pela inflação e pela nova duração do contrato, mas não incluiu as necessidades de investimentos adicionais, que são consideradas risco que o empreendedor assumiu ao fazer um lance pelo ativo no leilão.

A concessionária ainda não decidiu se vai entrar com um recurso administrativo contra a decisão da Aneel, apurou o Valor. Na semana passada, a Alupar disse, em comunicado arquivado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que “estudava junto a seus assessores jurídicos a possibilidade de apresentar agravo à diretoria colegiada da Aneel”. No documento, a transmissora disse ainda que a Aneel não reequilibró as condições financeiras e econômicas do linhão, mas fez apenas um “ajuste temporal da receita.”

Considerando a receita determinada pela agência reguladora, a taxa interna de retorno do projeto seria de 2,2%, segundo o BTG Pactual. Para o banco, a única forma da obra sair do papel seria com uma redução de 18% nos investimentos necessários.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/09/2019

Seção: Poder

Autor: Gustavo Uribe, Thais Arbex e Ricardo Della Coletta

Título: Planalto estuda mudança a conta-gotas em estrutura e comando de ministérios

Insatisfação com titulares, tentativa de ampliar as alianças e esforço para enxugar a máquina pública são os objetivos da gestão Bolsonaro

Depois de demitir quatro integrantes do primeiro escalão em nove meses de governo, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) tem uma conta difícil para fechar até o final do ano: como lotear a Esplanada para políticos aliados, passar a mensagem que a reforma ministerial não será um toma lá dá cá e ainda se livrar de assessores com mau desempenho.

A ideia em estudo no Palácio do Planalto para fechar essa equação não é a de realizar uma ampla reforma ministerial, com uma série de anúncios simultâneos, mas fazer alterações a conta-gotas ao longo dos próximos meses, evitando um movimento abrupto que desestabilize o governo.

Segundo auxiliares palacianos e congressistas aliados, a iniciativa é motivada por três fatores: insatisfação do presidente com o desempenho de titulares de alguns ministérios, tentativa de ampliar o atual arco de alianças e o esforço de enxugar a máquina pública.

Para promover as mudanças, o Ministério da Economia e a Casa Civil discutem em conjunto, de acordo com relatos feitos à Folha, um plano de reestruturação que sugere a fusão de pastas e a redução de secretarias. Apalavra final, no entanto, será de Bolsonaro, que ainda não tomou uma decisão sobre o tema.

Nos últimos meses, o presidente tem dado sinais de que está descontente com o desempenho de dois ministros: Marcelo Álvaro Antônio, do Turismo, e Gustavo Canuto, do Desenvolvimento Regional.

O primeiro tem causado dor de cabeça a Bolsonaro desde o início do ano, após a Folha ter revelado em fevereiro que ele patrocinou um esquema de candidaturas laranja do PSL em Minas Gerais.

Desde então, o presidente tem sido pressionado tanto por integrantes da cúpula militar como da equipe econômica a afastá-lo. A ideia em discussão é que Turismo seja rebaixado ao status de secretaria e incorporado pelo Meio Ambiente, como mostrou o jornal o Globo.

Já Canuto ficou perto de perder o cargo em maio, quando o Legislativo negociou com a Casa Civil mudanças na estrutura administrativa do governo, para que fossem recriadas as pastas das Cidades e da Integração Nacional. Na época, a ideia era entregar o comando das duas estruturas para partidos políticos.

Em meio a críticas, a ideia foi abandonada, mas a insatisfação com Canuto persistiu. A avaliação tanto do Planalto quanto do Congresso é a de que o cargo é eminentemente político e, por isso, precisa ser ocupado por alguém que saiba desempenhar essa função —o que não é o caso hoje.

Diante desse cenário, duas hipóteses estão sobre a mesa: rebaixar Desenvolvimento Regional e colocá-lo sob o controle de Infraestrutura, transferindo, porém, o programa federal Minha Casa, Minha Vida para a Cidadania, ou manter o status de ministério e nomear para o seu comando um indicado de um partido aliado.

No segundo caso, na tentativa de consolidar a base governista, a ideia é contemplar ou o Republicanos, antigo PRB, ou o PP siglas que, em pautas-chave, têm adotado postura afinada com o Planalto.

A proposta de recompor uma coalizão aliada também pode passar por uma alteração no comando de Minas e Energia, que tem hoje à sua frente o **almirante Bento Albuquerque**.

O Planalto tem recebido uma série de reclamações de parlamentares alinhados à agenda do governo sobre o espaço ocupado pelos militares no primeiro escalão. Hoje, nove ministros podem ser considerados do núcleo fardado.

Além de Bento, outro militar que pode deixar o cargo é o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes. Segundo auxiliares do presidente, ele tem demonstrado sinais de cansaço com a função e de dificuldade de adaptação à rotina de Brasília.

As siglas aliadas ainda se queixam do espaço ocupado pelo DEM, que hoje está à frente de três pastas. Elas podem forçar uma mudança também na Saúde, controlada pelo ex-deputado federal Luiz Henrique Mandetta (MS).

A ideia avaliada é transferir o ministro Osmar Terra, da Cidadania, para o comando da Saúde. Nessa hipótese, Cidadania e Direitos Humanos seriam fundidas, e a nova estrutura passaria a ser comandada pela ministra Damares Alves.

Em conversas reservadas, no entanto, Osmar tem demonstrado resistência a essa possibilidade e manifestado preferência em seguir no atual cargo. Aliados de Mandetta também tratam o tema como “mera especulação”. Segundo eles, o ministro chegou ao posto não por uma indicação do DEM, mas sim por uma escolha pessoal de Bolsonaro.

Um núcleo do governo também vem defendendo a saída de Abraham Weintraub, da Educação. Como o ministro é ligado ao escritor Olavo de Carvalho, sua saída é tratada com mais descrença.

Além das mudanças ministeriais, é discutida outra fusão: da Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) com a Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo), criando uma nova autarquia ainda sem um nome definido.

No início da semana passada, Bolsonaro escreveu nas redes sociais que “não existe qualquer plano de reforma ministerial”, mas assessores presidenciais garantem que o presidente avalia, sim, fazer alterações no primeiro escalão ao longo dos próximos meses.

Em uma tentativa de melhorar a relação com o Legislativo, Bolsonaro chegou a promover uma minirreforma ministerial em junho, redistribuindo funções entre os gabinetes do Planalto.

Após uma série de queixas do Congresso, a articulação política foi transferida da Casa Civil, do ex-deputado federal Onyx Lorenzoni, para a Secretaria de Governo, do general Luiz Eduardo Ramos.

A mudança não alterou a dinâmica da articulação. O general, apesar do esforço social em se aproximar do Congresso, sofre da síndrome da caneta vazia — não consegue entregar o que lhe é pedido pelos parlamentares.

Ao transferir a articulação para a Secretaria de Governo, Bolsonaro retomou estrutura que era adotada pelo ex-presidente Michel Temer. A mudança, no entanto, ainda não agradou siglas aliadas, que reclamam da falta de conhecimento legislativo e de traquejo político do militar, que tem, segundo

deputados bolsonaristas, batido cabeça na função com a líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP).

Com a minireforma de junho, a Casa Civil também perdeu a função de fazer a análise jurídica de decretos e projetos de lei e o comando da imprensa nacional, que passaram para a Secretaria Geral, de Jorge Francisco de Oliveira. A alteração fortaleceu Ramos e Jorge, que foram alçados ao núcleo duro do presidente.

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/09/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Eletrobras não deve ser a 1ª da lista

Presidente do Senado diz que privatização da estatal de energia ainda tem resistência nas bancadas do Norte e do Nordeste na Casa

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), defendeu que o governo tenha uma “agenda” quando for tratar com o Congresso sobre a privatização de estatais. O senador afirmou que há uma resistência na Casa a respeito da venda da Eletrobras, mas que há um “caminho” para a discussão sobre outras empresas, como os Correios.

No fim de agosto, o governo anunciou um plano para privatizar nove empresas, como Correios, Telebras e Serpro. **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, afirmou na semana passada que a intenção é enviar ao Congresso ainda este mês o projeto de privatização da Eletrobras.

Alcolumbre argumenta que os senadores do Norte e do Nordeste têm resistência ao tema e que seria mais conveniente ao governo iniciar o processo por outras empresas.

— Se o governo continuar insistindo em colocar a Eletrobras como primeiro passo, acho que pode acabar prejudicando outras empresas estatais que seriam importantes para essa modernização — pontuou o presidente do Senado. —

São 48 senadores das bancadas do Norte e do Nordeste. Quase todos se manifestaram contrários à privatização da Eletrobras.

Alcolumbre citou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinando que as privatizações tenham aval do Congresso, a não ser no caso de empresas subsidiárias, que podem ser vendidas diretamente pelo Poder Executivo. O

presidente do Senado recomendou que o governo se organize para encaminhar as discussões com os parlamentares:

— Tem que ter agenda de privatização. O governo não pode começar pela Eletrobras, pode começar por outra (empresa). Começa pelo que tem mais facilidade para depois chegar no que tem mais dificuldade. O governo não tem base. A dificuldade é essa também.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 23/09/2019

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Só governo ganha com alta da gasolina

O ataque terrorista à maior refinaria de petróleo do mundo, na Arábia Saudita, provocou a disparada do preço do barril do produto no mercado internacional, que bateu nos US\$ 70. Apesar de o valor ter recuado um pouco, a volatilidade da commodity acende o alerta sobre quem ganha e quem perde com a valorização do óleo negro. Para o Brasil, produtor e exportador de petróleo, a alta traz preocupação aos consumidores por conta do reflexo nos preços dos combustíveis, que podem pressionar a inflação, mas também representa mais valor às reservas do pré-sal e maior atratividade aos três leilões marcados para este ano.

Não à toa, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, chegou a afirmar, em evento na semana passada, que o aumento do preço do barril do petróleo é bom para o país, com impacto na arrecadação de impostos, nos royalties e no fundo social do pré-sal. Para ele, há efeitos positivos para a economia no longo prazo. A ANP vai realizar a 16ª rodada de licitações de blocos em 10 de outubro, o leilão do excedente da cessão onerosa em 6 de novembro e a 6ª rodada de partilha de produção do pré-sal em 7 de novembro.

Para o sócio e especialista em Direito do Petróleo do Vinhas e Redenschi Advogados, Guilherme Vinhas, Oddone deve estar apostando em ofertas maiores nos certames. “Isso faz sentido. O Brasil é uma democracia, tem uma situação política estável e não se imagina que haverá guerra aqui, ao contrário do Oriente Médio. Essa estabilidade torna o país uma região do mundo segura para investir em petróleo”, avalia. A Petrobras também sai ganhando, ressalta. “A companhia lucra mais e aumenta seu valor de mercado. Por outro lado, sem dúvida o consumidor sai perdendo. O efeito colateral da alta dos combustíveis é a pressão inflacionária”, diz.

Nações produtoras

Marta Mitico, advogada e mestre em direito econômico internacional, destaca que a alta do petróleo beneficia os países produtores, entre eles, o Brasil. “Fortalece o pré-sal, que ainda é pouco explorado e tem uma grande capacidade. Com certeza, os leilões vão atrair investidores em função da retomada da segurança jurídica e também pela situação geográfica das reservas do pré-sal”, assinala. No entanto, Marta alerta: “Quem perde somos todos nós”. “Aumento dos combustíveis, sobretudo o diesel, por conta dos fretes, faz todos os produtos subirem de preço”, afirma.

O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, discorda que o país sai ganhando com o aumento do preço do barril. “É muito ruim. Não se pode confundir. Só quem sai beneficiada é a indústria do petróleo. Quem acha que é bom tem um olhar muito setorial, de uma miopia extraordinária. Alguns estados, como o Rio de Janeiro, até podem sair ganhando por conta dos royalties. Mas aumenta a gasolina e o diesel, isso gera inflação e segura a retomada do crescimento. Petróleo caro é ruim para o mundo todo”, opina. Segundo ele, a maior atratividade dos leilões é apenas uma tese. “Vamos ver se a disputa vai mesmo aumentar”, pontua.

Apesar de o Brasil ser produtor de petróleo, a alta internacional do barril provoca aumento nos combustíveis no mercado doméstico, porque o país atua tanto como importador quanto exportador. O petróleo predominante no Brasil é do tipo pesado, mais denso, difícil de refinar e transformar em combustíveis. Segundo dados da ANP, o país exportou 431,6 milhões de barris em 2018 e importou 67,4 milhões, um balanço comercial positivo de US\$ 20 bilhões. No entanto, em relação aos derivados de petróleo, teve déficit de US\$ 7,9 bilhões no mesmo período: exportou 86,5 milhões de barris e importou 188,2 milhões.

Ruim para o bolso

Como a Petrobras adotou uma política de preços que, desde 2017, repassa, aos valores da gasolina e do diesel nas refinarias, a variação da cotação internacional do petróleo, a alta do barril vai parar nas bombas dos postos de combustíveis e, de lá, direto no bolso dos brasileiros. A aposentada Rosângela Monteiro, 59 anos, considera o preço atual da gasolina “absurdo”. Além disso, diz ela, o valor alto do combustível prejudica muitas pessoas, principalmente as que trabalham no fim de semana e moram nas regiões mais afastadas. “A gasolina tem que baixar, o povo não aguenta mais isso, está muito difícil”, reclama. Por mês, Rosângela gasta entre R\$ 400 e R\$ 500, mas nem sempre consegue encher o tanque. “Ultimamente, faço pesquisa de preço, tento ver o posto mais barato, nem que seja R\$ 0,05 ou R\$ 0,10.”

Para os consumidores, a culpa sempre recai nos postos de combustíveis. No entanto, o presidente do Sindicombustíveis, Paulo Tavares, destaca que, para o setor, o aumento no preço do petróleo também não é bom. “Não conseguimos repassar. Quem ganha são os governos, porque o que se paga em tributos é muito mais do que a margem de lucro dos postos”, diz.

Tavares destaca que os estabelecimentos já estão comprando gasolina com o aumento de 3,5% anunciado pela Petrobras na semana passada. “Isso significa R\$ 0,06 a mais. O setor precisa repassar, mas isso piora a situação da distribuição, cuja margem de lucro é de 10%, o equivalente a R\$ 0,20 por litro”, revela. O presidente do Sindicombustíveis ressalta que o Distrito Federal pratica alíquota de 28% e sai ganhando com a alta dos preços. “O consumidor culpa o posto, mas o governo do DF ganha R\$ 1,20 por litro e o governo federal, R\$ 0,70. Nós ganhamos só R\$ 0,20. Por isso, muitos postos estão fechando e 3,5 mil frentistas já foram demitidos”, declara.

*** Estagiária sob supervisão de Leonardo Cavalcanti**

MME / ASCOM .